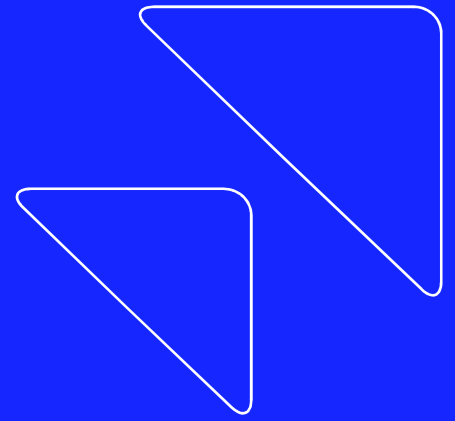




Demonstrações Financeiras Individuais

Dezembro 2023

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. - Títulos e Valores Mobiliários

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. - Títulos e Valores Mobiliários ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. - Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Distribuidora e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Distribuidora. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Distribuidora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da

Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Distribuidora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Distribuidora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão

Senhoras e Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sa. as Demonstrações Financeiras da Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. - Títulos e Valores Mobiliários.

Conjuntura Econômica

Na conjuntura internacional, o crescimento do PIB foi da ordem de 3,0%, ante 3,4% em 2022, em cenário de taxa de juros elevada e de persistentes riscos intrínsecos aos conflitos geopolíticos. Para 2024, projeções recentes indicam continuidade do cenário de desaceleração da atividade econômica.

No Brasil, o crescimento do PIB em 2023 foi idêntico ao ano anterior, da ordem de 3,0%. A inflação desacelerou-se para 4,62% no ano, ante 5,79% em 2022, e a taxa de juros Selic iniciou novo gradual ciclo de queda, de 13,75% ao ano em agosto/2023 para 11,75% ao ano no final do exercício.

Quanto à rentabilidade das aplicações financeiras, embora com as oscilações que são próprias das bolsas de valores, a variação positiva de 22,28% do Ibovespa em 2023 superou com folga as aplicações em renda fixa referenciadas no CDI e à inflação do período.

Contexto Corporativo e Desempenho Operacional

A Mercantil do Brasil Distribuidora é subsidiária integral do Banco Mercantil do Brasil S.A. e tem por objeto, dentre outras atividades, a intermediação e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado e a administração de fundos de investimentos e de recursos de terceiros.

O gerenciamento da estrutura de capital, o cálculo dos limites operacionais e o gerenciamento dos riscos são centralizados no Controlador, em conformidade com as normas em vigor. O índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) posicionou-se em 17,02%, perante mínimo requerido de 10,5%, já considerado o adicional de capital principal.

O Ativo total é de R\$ 24,9 milhões e está representado, basicamente, por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez no montante de R\$ 20,8 milhões, devedores por depósitos em garantia de R\$ 2,9 milhões e ativos fiscais diferidos de R\$ 1,1 milhão. Os passivos circulante e não circulante somam R\$ 3,0 milhões e estão representados, basicamente, por provisões para riscos fiscais.

O Patrimônio Líquido é de R\$ 21,7 milhões e o Lucro Líquido de R\$ 917,0 mil.

Finalizando, a Mercantil do Brasil Distribuidora informa que os auditores externos, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, realizaram exclusivamente serviços de auditoria externa.

Belo Horizonte, fevereiro de 2024.

Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

Em R\$ Mil

A T I V O	Nota	31/12/2023	31/12/2022
DISPONIBILIDADES		112	32
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		20.704	19.936
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	20.704	19.936
ATIVOS FISCAIS		1.104	1.380
Correntes		31	26
Diferidos	5.1	1.073	1.354
OUTROS VALORES E BENS		27	-
Despesas Antecipadas		27	-
OUTROS ATIVOS		2.986	3.906
TOTAL DO ATIVO		24.933	25.254
P A S S I V O E P A T R I M Ô N I O L Í Q U I D O	Nota	31/12/2023	31/12/2022
PROVISÕES		2.999	3.907
Provisão para Outros Passivos	6.a	2.999	3.907
PASSIVOS FISCAIS		221	118
Correntes		215	112
Diferidos		6	6
OUTROS PASSIVOS		48	481
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		21.665	20.748
Capital Social	7.1	19.250	19.250
Reservas de Lucros	7.2	2.415	1.498
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		24.933	25.254

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Para o 2º Semestre de 2023 e os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em R\$ Mil

	Nota	2º Semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
RECEITAS DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA		1.228	2.486	1.040
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	4.b	1.228	2.486	820
Resultado das Aplicações Compulsórias		-	-	220
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA		1.228	2.486	1.040
OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS		(561)	(1.000)	(389)
Receitas de Prestação de Serviços		7	13	13
Despesas de Pessoal	8.1	(186)	(373)	(69)
Outras Despesas Administrativas	8.2	(326)	(510)	(248)
Despesas Tributárias	8.3	(46)	(94)	(41)
Outras Receitas Operacionais		5	7	3
Outras Despesas Operacionais		(3)	(18)	(36)
Reversões / (Despesas) de Provisões	8.4	(12)	(25)	(11)
RESULTADO OPERACIONAL		667	1.486	651
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		667	1.486	651
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	5.2	(254)	(569)	1.278
Provisão para Imposto de Renda		(106)	(170)	(37)
Provisão para Contribuição Social		(72)	(118)	(39)
Ativo Fiscal Diferido	5.1.a	(76)	(281)	1.354
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		413	917	1.929
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (em reais)				
Ações ordinárias		3,65	8,10	17,04
LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍDO (em reais - R\$ mil)				
Ações ordinárias		413	917	1.929
Número de Ações em Circulação - básico e diluído				
Ações ordinárias		113.236	113.236	113.236

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Para o 2º Semestre de 2023 e os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em R\$ Mil

	2º Semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	413	917	1.929
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	413	917	1.929

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para o 2º Semestre de 2023 e os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em R\$ Mil

	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE LUCROS LEGAL	ESTATUTÁRIAS	LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDOS EM 31/12/2021	4.250	5	74	-	4.329
Aumento de Capital Social	15.000	-	-	-	15.000
Lucro Líquido do Período	-	-	-	1.929	1.929
Destinações:					
Reservas	-	96	1.323	(1.419)	-
Dividendos	-	-	-	(165)	(165)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(345)	(345)
SALDOS EM 31/12/2022	19.250	101	1.397	-	20.748
MUTAÇÕES DO PERÍODO	15.000	96	1.323	-	16.419
SALDOS EM 31/12/2022	19.250	101	1.397	-	20.748
Lucro Líquido do Período	-	-	-	917	917
Destinações:					
Reservas	-	46	871	(917)	-
SALDOS EM 31/12/2023	19.250	147	2.268	-	21.665
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	46	871	-	917
SALDOS EM 30/06/2023	19.250	101	1.397	504	21.252
Lucro Líquido do Período	-	-	-	413	413
Destinações:					
Reservas	-	46	871	(917)	-
SALDOS EM 31/12/2023	19.250	147	2.268	-	21.665
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	46	871	(504)	413

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – Método Indireto

Para o 2º Semestre de 2023 e os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em R\$ Mil

	2º Semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	667	1.486	651
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	12	24	9
Despesa / (Reversão) e Atualização Monetária com Provisões Fiscais	13	27	12
Atualizações Monetárias Ativas	(1)	(3)	(3)
Lucro Líquido Ajustado	679	1.510	660
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários	-	-	(232)
Redução (Aumento) em Outros Créditos	(67)	915	(134)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	(5)	(27)	-
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	68	(907)	162
Caixa Gerado / (Aplicado) nas Operações	675	1.491	456
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(61)	(133)	(37)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	614	1.358	419
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Aquisição de Títulos Disponíveis para Venda	-	-	(15.449)
Alienação de Títulos Disponíveis para Venda	-	-	15.681
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	-	-	232
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	(510)	(24)
Aumento de Capital	-	-	15.000
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	-	(510)	14.976
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	614	848	15.627
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	20.202	19.968	4.341
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	20.816	20.816	19.968
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	614	848	15.627

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Para o 2º Semestre de 2023 e os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em R\$ Mil

	2º Semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
1 - RECEITAS	1.225	2.462	1.009
Intermediação Financeira	1.228	2.486	1.040
Prestação de Serviços	7	13	13
Outras	(10)	(37)	(44)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	-	-	-
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(326)	(510)	(248)
Serviços de Terceiros	(294)	(450)	(102)
Outros	(32)	(60)	(146)
Processamento de Dados	(18)	(36)	(32)
Outros	(14)	(24)	(114)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	899	1.952	761
5 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	-	-	-
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	899	1.952	761
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	-	-	-
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	899	1.952	761
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	899	1.952	761
Pessoal	152	304	56
Remuneração Direta	152	304	56
Impostos, Taxas e Contribuições	334	731	(1.224)
Federais	334	730	(1.225)
Municipais	-	1	1
Remuneração de Capitais Próprios	413	917	1.929
Dividendos	-	-	165
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	345
Lucros Retidos do Período	413	917	1.419

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. – Títulos e Valores Mobiliários (Distribuidora) é subsidiária integral do Banco Mercantil do Brasil S.A. (Controlador) e tem por objeto, dentre outras atividades, a intermediação e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado e a administração de fundos de investimentos e de recursos de terceiros. A sede da Distribuidora está localizada na Rio de Janeiro, nº 654, Centro, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização das operações, associadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis, do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – BACEN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/20, as demonstrações financeiras incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício, a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração do valor adicionado e as notas explicativas nos termos do art. 289, II, da Lei nº 6.404/76. Para elaboração das demonstrações financeiras em R\$ mil, de maneira geral, considera-se o arredondamento 1 para cima e 1 para baixo, seguindo as regras de arredondamento da ABNT.

Adicionalmente, inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado – DVA apresentada como informação suplementar para fins de atendimento ao Banco Central do Brasil. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes às provisões e determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Diretoria da Distribuidora em 29/02/2024.

2.2 Principais políticas contábeis e estimativas críticas

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pela Distribuidora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Instrumentos Financeiros

Os ativos e os passivos, circulantes e não circulantes, são demonstrados pelos valores de realização ou compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos ou encargos incorridos até a data dos balanços. Nas operações com rendimentos ou encargos prefixados, as parcelas a auferir ou a incorrer são demonstradas como redução dos ativos e passivos a que se referem.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços.

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, dividindo-se em três categorias, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/01 e regulamentação complementar:

- **Títulos para negociação** – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado.
- **Títulos mantidos até o vencimento** – são os títulos, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção, ou obrigação, e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento, avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos em contrapartida do resultado.
- **Títulos disponíveis para venda** – são aqueles não enquadráveis nas categorias anteriores, ajustados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, são reconhecidos, na data da negociação, no resultado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, que aprova e torna obrigatório o pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo conforme nota explicativa nº 4.a.

- **Nível 1:** são obtidas por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- **Nível 2:** são obtidas por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- **Nível 3:** são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

A mensuração do valor justo dos ativos financeiros pressupõe que a transação para a venda do ativo ou transferência do passivo ocorra em um mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis.

c) **Impostos e Contribuições**

- **Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS**

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

- **Impostos sobre renda**

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15,00%, acrescida de adicional de 10,00% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15% em conformidade com a Medida Provisória nº 1.034/21, convertida na Lei nº 14.183/21. No primeiro semestre de 2022 foi editada a MP nº 1.115/22, que majorou a alíquota da CSL em 1%, passando de 15% para 16% no período de agosto de 2022 a dezembro de 2022.

d) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em conformidade com a Resolução CVM nº 90/22 e Resolução CMN nº 4.924/21, que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativo, com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment*) no resultado.

e) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

O controle das contingências ativas, passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos na Resolução CVM nº 72/22, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09:

- **Ativos contingentes** – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- **Passivos contingentes** – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.
- **Provisões** – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações trabalhistas, cíveis e tributárias, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos quando evidenciam uma provável saída de recursos para liquidar a obrigação e quando os valores envolvidos forem mensurados com segurança.
- **Obrigações legais** – provisão para riscos fiscais - referem-se às obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Contemplam também as obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

f) Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas e despesas de natureza financeira são registradas pelo critério *pro rata die* e calculadas pelo método exponencial.

g) Lucro / Prejuízo por ação

O Lucro / Prejuízo por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no período (vide nota nº 7.4.).

A Distribuidora não possui instrumentos com potencial de diluição em 31 de dezembro de 2023 e, dessa forma, o lucro por ação diluído é igual ao básico.

h) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, pagos e a pagar aos acionistas, recebidos e a receber são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95, e apresentados nas demonstrações financeiras nos termos da Resolução

CMN nº 4.872/20, os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados.

i) Benefícios a empregados

A Instituição dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores, que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10. O montante da remuneração fixa é aprovado anualmente na Assembleia Geral. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

j) Eventos não recorrentes

Os resultados não recorrentes são demonstrados em conformidade com o que trata a Resolução BCB nº 02/20 e referem-se aos eventos que não são relacionados ou são relacionados com as atividades típicas da Distribuidora, mas não estão previstas a ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

k) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados, tais como:

- **Provisão para perdas esperadas (*Impairment*):** a Distribuidora avalia, em cada data do balanço, se houve um aumento no risco de crédito de ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e qual a perda esperada atribuída a estes ativos. Para determinar a mensuração da perda de crédito esperada, a Distribuidora exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um aumento no risco de crédito.
- **Valor justo dos ativos e passivos financeiros:** a mensuração do valor se baseia em cotações no mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis. O valor justo de ativos e passivos financeiros que não são negociados em um mercado principal e que não possui informações disponíveis é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.
- **Ativos e Passivos Contingentes:** As contingências da Distribuidora são registradas quando, de acordo com estudos técnicos realizados por consultores jurídicos externos, que classificam as ações de acordo com a expectativa de êxito; e
- **Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** os ativos fiscais diferidos são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para cobrir os ativos fiscais diferidos a serem utilizados e são avaliados com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis.

l) Novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo BACEN aplicáveis em períodos futuros**- Resolução CMN nº 4.966/21**

Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*). A norma está alinhada às normas internacionais de contabilidade da IFRS 9 e passará a vigorar a partir de 01/01/2025.

Dada a relevância das mudanças, a norma determinou às instituições financeiras elaborar e manter à disposição do Banco Central do Brasil um Plano de Implementação contemplando diagnóstico inicial dos principais impactos nos instrumentos financeiros e cronograma de implementação que compreende: (i) a análise das normas complementares; (ii) definição de novos modelos (sistemas e processos); (iii) desenvolvimento e homologação de sistemas; e (iv) implementação em ambiente de produção.

Diante das mudanças introduzidas pelas normas complementares que foram divulgadas, o cronograma e o projeto vem sendo gerido de forma bem dinâmica e tempestiva.

Nesse contexto, a Distribuidora, em conjunto com o Controlador, vem empreendendo seus melhores esforços mediante análise e debate das normas com a participação das principais áreas envolvidas, incluindo Controladoria, Tecnologia, Operações de Crédito, Riscos Financeiros e Gestão do Capital, Tesouraria, Orçamento e Projetos, dentre outras, inclusive com as instituições financeiras do Conglomerado.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	Dez / 2023	Dez / 2022
Disponibilidades	112	32
Aplicações interfinanceiras de liquidez	20.704	19.936
Total	20.816	19.968

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**a) Composição das aplicações interfinanceiras de liquidez**

Descrição	Dez / 2023	Dez / 2022
Aplicações no mercado aberto – Posição bancada		
Letras do Tesouro Nacional	20.704	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	19.936
Total - Circulante	20.704	19.936

As aplicações Interfinanceiras de Liquidez, com base na Resolução CMN nº 4.924/21, estão classificadas no Nível 1 da Hierarquia de Valor Justo.

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

Os Resultados das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez são registrados diretamente na rubrica de "Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários", e são representados, basicamente, pelas rendas de aplicações em operações compromissadas.

5. ATIVOS FISCAIS

5.1. Diferidos – Créditos Tributários

a) Movimentação dos créditos tributários

MBD	Saldos em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldos em 31/12/2023
Diferenças temporárias - Contingências	605	10	(157)	458
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	749	-	(134)	615
Total	1.354	10	(291)	1.073

Os créditos tributários ativos, bem como os valores previstos de realização e seus respectivos valores presentes, são calculados com base nas taxas de captação previstas para os exercícios correspondentes.

Exercícios	Realização do crédito tributário			
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	
	Crédito	Crédito	Dez / 2023	Dez / 2022
2023	-	-	-	256
2024	71	42	113	218
2025	80	48	128	163
2026	57	34	91	113
2027	57	34	91	604
2028	343	206	549	-
2029 a 2030	58	43	101	-
Total	666	407	1.073	1.354
Valor presente	437	266	703	926

A realização dos créditos tributários dependerá da efetivação das projeções de lucros futuros previstos no estudo técnico elaborado pela Administração em dezembro de 2023 e aprovado pela Diretoria. Assim, essas projeções de realização de créditos tributários são estimativas e não estão diretamente relacionadas com a expectativa de lucros contábeis.

5.2. Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	Dez / 2023	Dez / 2022
Resultado antes dos impostos	1.486	651
Alíquota nominal	40%	40%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(594)	(261)
Ajustes no cálculo dos tributos ⁽¹⁾	25	1.539
Receitas / (Despesas) com IRPJ / CSL	(569)	1.278

⁽¹⁾ Refere-se, basicamente, à ativação dos créditos tributários em 2022.

6. PROVISÕES

a) Provisão para outros passivos

A Distribuidora possui ações judiciais em andamento, nas quais discute a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos (obrigações legais). Referidos tributos estão provisionados, não obstante chances de êxito, de acordo com a opinião dos consultores jurídicos externos.

A Administração acompanha regularmente o andamento das obrigações legais referente aos processos fiscais, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos, em conformidade com o CPC 25. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que a Distribuidora venha obter favorável êxito judicial. Estas provisões são compostas como segue:

Descrição	Dez / 2023	Dez / 2022
COFINS ⁽ⁱ⁾	1.751	1.665
CSL – Isonomia ⁽ⁱⁱ⁾	1.140	2.138
Outros	108	104
Total – Não circulante	2.999	3.907

⁽ⁱ⁾ COFINS refere-se à diferença de alíquota e base de cálculo relativa ao questionamento da majoração da alíquota de 3,00% para 4,00%, e da majoração da base de cálculo, cujos valores estão sendo depositados judicialmente.

⁽ⁱⁱ⁾ A CSL – Isonomia (diferença de alíquota) refere-se às exações cuja exigibilidade suspensa está amparada por depósito judicial através do mandado de segurança que discute a inconstitucionalidade das disposições legais que instituíram a tributação discriminatória para as instituições financeiras.

b) Movimentação das provisões para outros passivos

Descrição	Riscos Fiscais
Saldo em 31/12/2022	3.907
Constituições	25
Atualização Monetária	2
Liquidações	(935)
Saldo em 31/12/2023	2.999
Depósitos judiciais	2.985

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

7.1. Capital Social

O Capital social é dividido em ações nominativas escriturais, da seguinte forma:

Ações	Dez / 2023		Dez / 2022	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ordinárias	113.236	19.250	113.236	19.250
Total do capital subscrito e integralizado	113.236	19.250	113.236	19.250
Valor nominal em reais	170,00		170,00	

7.2. Reservas de Lucros

a) Reserva legal: Constituídas à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e destina-se a compensar prejuízos ou aumentar o capital.

b) Reservas estatutárias: Constituídas com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, em conformidade com as normas em vigor e Estatuto Social da Instituição.

7.3. Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social.

É assegurado aos titulares das ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária ou o direito ao recebimento de dividendos mínimos anuais não cumulativos de 6% sobre o valor nominal da ação, sendo efetivamente pago o dividendo que, dentre essas duas alternativas, represente o de maior valor.

Conforme definição estatutária é destinado até 70% do lucro líquido, após a distribuição de dividendos e constituição da reserva legal, para reservas estatutárias para aumento de capital, limitada a 80% do capital social. O saldo remanescente é direcionado para reservas estatutárias de dividendos futuros.

Nos exercícios não ocorreram provisão para pagamento de Juros sobre Capital Próprio / Dividendos.

7.4. Lucro por ação

O lucro / (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro / (prejuízo) atribuível à Controladora pela média ponderada das ações em circulação durante o exercício.

Descrição	Dez / 2023	Dez / 2022
Número médio e final de ações - Ordinárias	113.236	113.236
Lucro básico atribuível (em R\$ mil)	917	1.929
Lucro básico por ação	8,10	17,04

8. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS

8.1. Despesas de pessoal

Descrição	Dez / 2023	Dez / 2022
Remuneração dos administradores	304	56
Encargos sociais	69	13
Total	373	69

8.2. Outras despesas administrativas

Descrição	Dez / 2023	Dez / 2022
Serviços de terceiros	172	29
Processamentos de dados	36	32
Publicações	-	88
Serviços prestados – Ligadas ⁽¹⁾	278	73
Outras	24	26
Total	510	248

⁽¹⁾ Referem-se, basicamente, ao reembolso de custos de gestão e administração pagos ao seu Controlador pela prestação de serviços diversos (vide nota nº 9.1.).

8.3. Despesas tributárias

Referem-se, basicamente, as contribuições de PIS e COFINS calculadas sobre a receita bruta.

8.4. Reversões / (despesas) de provisões

Refere-se à constituição das provisões para riscos fiscais.

8.5. Resultados não recorrentes

Nos exercícios, não houveram resultados não recorrentes relevantes de que trata a Resolução BCB nº 2/20.

9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

9.1 Transações entre partes relacionadas

São realizadas com os prazos, condições e taxas aplicáveis em conformidades e condições gerais de mercado, considerando ausência de risco. Os saldos e resultados das operações realizadas com o Banco Mercantil, são como segue:

Descrição	Dez / 2023	Dez / 2022
Ativos	20.816	19.968
Disponibilidades	112	32
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	20.704	19.936
(Passivos)	(20)	(478)
Sociais e Estatutárias	-	(458)
Outras obrigações	(20)	(20)
Contas de Resultado	Dez / 2023	Dez / 2022
Receitas / (Despesas)	2.208	735
Resultado da Intermediação Financeira	2.486	808
Outras Despesas Administrativas (vide nota nº 8.2.)	(278)	(73)

9.2. Remuneração dos administradores e benefícios pós-emprego

A Distribuidora dispõe de Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa da Diretoria da Mercantil do Brasil Distribuidora S.A., conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores

A remuneração fixa dos administradores é composta, basicamente, de honorários da Diretoria (vide nota nº 8.1.).

Até 31 de dezembro de 2023, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- **Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações**

Até 31 de dezembro de 2023, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações nos termos da Resolução CMN nº 3.989/11, para os administradores.

- **Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

9.3. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a membros da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/18.

10. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco Mercantil (Patrocinador-Líder), e a Mercantil do Brasil Distribuidora S.A, que também era patrocinadora, deliberam a retirada do patrocínio do Plano de Benefícios Previdenciários – CAVA, administrado pela Caixa “Vicente de Araújo” do grupo Mercantil do Brasil – CAVA.

O processo de retirada de patrocínio total do plano foi autorizado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da Portaria Previc nº 333, de 18 de abril de 2023, publicada no Diário Oficial da União em 24/04/2023.

Em observância às normas de regência, a CAVA deu andamento aos trâmites necessários ao cumprimento das obrigações estipuladas no Termo de Retirada Total de Patrocínio do Plano e no respectivo Termo Aditivo, considerando a data efetiva de retirada total de patrocínio o dia 09/10/2023.

Por fim, visando possibilitar o cancelamento do Plano de Benefícios, a CAVA registrou os valores relacionados às ações judiciais, ainda pendentes, no exigível operacional do Plano de Gestão Administrativa – PGA e encaminhou à PREVIC, em 15/12/2023, a documentação referente à finalização do processo de retirada total de patrocínio e de requerimento do cancelamento do Plano de Benefícios Previdenciários CAVA e de sua inscrição no CNPB.

Assim, a CAVA segue adotando providências complementares, em conformidade com as normas que regem o assunto.

11. GERENCIAMENTO DOS RISCOS E GESTÃO DO CAPITAL

Na Distribuidora, o gerenciamento de riscos e gestão do capital, e cálculo dos limites operacionais são realizados em conjunto com seu Controlador.

a) Gerenciamento de Capital

No Gerenciamento da estrutura de capital são utilizados mecanismos e procedimentos que compõem a Política Institucional de Gerenciamento de Capital com o objetivo de manter o Capital compatível com os riscos incorridos pelas Instituições de forma integrada às estratégias e aos negócios de cada Instituição do Conglomerado Prudencial. Informações mais detalhadas sobre Política de Gerenciamento de Capital estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

O Banco Mercantil optou, na forma da regulamentação em vigor, pela apuração dos índices de risco consolidados, que abrange todas as instituições financeiras do conglomerado, estando todos dentro dos limites permitidos pelo Banco Central do Brasil.

A partir de outubro de 2013, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar, conhecido como Basileia III, nos termos da Resolução CMN nº 4.192/13, atual Resolução CMN nº 4.955/21, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais.

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,0% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco optou pela apuração do índice de risco consolidado, abrangendo todas as instituições financeiras do conglomerado, posicionando o índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) em 17,0% (15,2% em dezembro de 2022), perante um mínimo requerido de 8,0%, acrescido do adicional de capital principal de 2,0% no período de outubro de 2021 a março de 2022 e de 2,5% a partir de abril 2022. Estabeleceu-se, também, requerimentos mínimos de Capital Nível I de 6,0% e Capital Principal de 4,5%, nos termos da Resolução CMN nº 4.958/21.

- Razão De Alavancagem

Na Distribuidora, a Razão de Alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial é calculada de forma consolidada pelo Controlador. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.955/21 e normas complementares, e a Exposição Total apurada na forma do artigo 2º da Circular Bacen nº 3.748/15. Essas informações tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

b) Gerenciamento dos riscos de crédito, de liquidez, de mercado, operacional e socioambiental

Na Distribuidora, a gestão dos Riscos de Crédito, de Liquidez, de Mercado, Operacional e Socioambiental é centralizada em seu Controlador. É realizada de forma contínua e apoiada em políticas e estratégias adequadamente documentadas e em uma equipe técnica capacitada e em constante aperfeiçoamento, além de utilizar modelos internos que aplicam técnicas de gestão atuais e de ferramentas tecnológicas de última geração.

Assim, em conformidade com as normas que regulamentam a matéria, a Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. dispõe de Políticas aprovadas pela Diretoria.

Informações mais detalhadas sobre Gestão de Riscos, Patrimônio de Referência Exigido e Patrimônio de Referência, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, e demais informações sobre o Conglomerado Financeiro estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

12. OUTRAS INFORMAÇÕES

A Resolução CMN nº 4.818/20 estabelece que as instituições financeiras registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, devem elaborar demonstrações financeiras anuais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS Foundation).

Desta forma, todas as instituições estão obrigadas a adotar o IFRS na elaboração de todas as suas demonstrações financeiras consolidadas, inclusive aquelas impostas por disposição legal ou regulamentar, independentemente de sua periodicidade, anual ou intermediária.

Neste contexto, a Distribuidora apresenta suas Demonstrações Financeiras no padrão contábil internacional em conjunto com o Controlador, razão pela qual os quadros referentes aos dados padronizados das informações consolidadas em IFRS não foram apresentados, levando-se em consideração que não são aplicáveis à Distribuidora.

Assim, o Banco Mercantil divulga suas demonstrações financeiras consolidadas anuais em IFRS à 31 de dezembro de 2023 simultaneamente às demonstrações financeiras em BRGAAP no *site* (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI), na Central de Balanços do Banco Central do Brasil e na CVM, conforme permitido pelo disposto no artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/21.

Outras informações poderão ser obtidas no *site* (www.bancomercantil.com.br), no *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *site* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

MERCANTIL DO BRASIL DISTRIBUIDORA S.A.
Títulos e Valores Mobiliários**DIRETORIA****DIRETOR-PRESIDENTE**
Athaide Vieira dos Santos**DIRETORES EXECUTIVOS**
André Luiz Figueiredo Brasil
João Rufino da Silva
José Maria Ribeiro de Melo**CONTADOR**Anderson Guedes Inocêncio
CRC – MG 077029/O-7

MERCANTIL | Distribuidora S.A.
Títulos e Valores
Mobiliários